

FRENTE PARLAMENTAR DO EMPREENDEDORISMO - AGENDA LEGISLATIVA (26/08 a 30/08)

PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

26 a 30/08 - Segunda à Sexta-feira

Reunião Deliberativa

Sem pauta divulgada até o momento.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA - CCJC

27/08 - Terça-feira (14h30)

Reunião Deliberativa

1 - PEC 28/2024

Ementa: Acrescenta o art. 97-A e §§4º e 5º da Constituição Federal de 1988, para estabelecer o julgamento de referendo de liminares pelo colegiado de Tribunal, bem como criar hipótese de sustação de decisão do Supremo Tribunal Federal.

Autor: Dep. Reinhold Stephanes (PSD - PR)

Relator: Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL - SP), a proferir.

Posição FPE: Acompanhar

2 - PEC 8/2021

Ementa: Altera a Constituição Federal para dispor sobre a declaração de inconstitucionalidade e a concessão de medidas cautelares nos tribunais.

Autor: Sen. Oriovisto Guimarães (Podemos-PR)

Relator: Dep. Felipe Barros (PL - PR)

Posição FPE: Acompanhar



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA - CCJC

27/08 - Terça-feira (14h30)

3 - PL 4754/2016

Ementa: Altera a redação do art. 39 da lei 1.079, de 10 de abril de 1950". (Apensados: PL 1182/2019 e PL 1932/2022).

Explicação da Ementa: Tipifica crime de responsabilidade dos Ministros do Supremo Tribunal Federal a usurpação de competência do Poder Legislativo ou do Poder Executivo.

Autor: Dep.Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) e outros

Relator: Dep. Alfredo Gaspar (União - AL), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e dos Projetos de Lei n°s 1.182/2019 e 1.932/2022, apensados, com substitutivo.

Posição FPE: Acompanhar

4- PL 658/2022

Ementa: Altera a Lei n° 1.079, de 10 de abril de 1950, proibindo ao Senado Federal realizar novo juízo de admissibilidade da acusação contra Presidente da República após sua admissão pela Câmara dos Deputados e criando nova hipótese de crime de responsabilidade pelos ministros do Supremo Tribunal Federal". (Apensado: PL 302/2023 (Apensado: PL 2462/2023))

Autor: Dep. Paulo Eduardo Martins (PL - PR)

Relator: Dep. Gilson Marques (Podemos - SC). a proferir.

Posição FPE: Acompanhar

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS - CICS

27/08 -Terça-feira (14h)

2- PLP 124/2023



COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS - CICS

Ementa: Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a Lei nº 12.592, de 18 de janeiro de 2012, a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, e dá outras providências. Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, criando o “SIMPLES TRABALHISTA”.

Explicação da Ementa: O projeto pretende atualizar a Lei Complementar nº 123/2006, que trata do Simples Nacional, refletindo melhorias sugeridas pelo Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMPE). As mudanças propostas incluem facilitar o acesso a dados para o Sebrae e a SEPEC, ampliar o acesso das micro e pequenas empresas a benefícios como geração de energia renovável e participação em licitações, e simplificar processos.

Autor: Dep. Jorge Goetten (Republicanos - SC)

Relator: Dep. Augusto Coutinho (Republicanos - PE), pela aprovação, com substitutivo.

Posição FPE: Favorável ao projeto e ao parecer

3 - PLP 7/2024

Ementa: Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para dispor sobre a definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso dos impostos previstos nos arts. 155, II, e 156-A, das contribuições sociais previstas no art. 195, I e V, e § 12 e da contribuição a que se refere o art. 239, de que trata a alínea “d” do inciso III do art. 150 da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023 que altera o Sistema Tributário Nacional.

Explicação da Ementa: A matéria pretende atualizar o Estatuto Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e o regime do Simples Nacional para refletir o novo sistema tributário. O objetivo é assegurar um regime tributário diferenciado e favorecido para micro e pequenas empresas, alinhado com as expectativas da sociedade.

Autor: Dep. Luiz Carlos Hauly - PODE/PR

Relator: Dep. Jorge Goetten (Republicanos - SC), pela aprovação, com substitutivo.

Posição FPE: Favorável ao projeto e ao parecer



COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS - CICS

7 - PL 4355/2019

Ementa: Altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que "dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor", para obrigar os fornecedores a expor preços de produtos também por unidade de medida.

Explicação da Ementa: A proposta altera a Lei nº 10.962/2004 para exigir que os fornecedores exponham os preços dos produtos também por unidade de medida (como peso, volume ou comprimento), além do preço por unidade.

Autor: Dep. Dra. Soraya Manato (PTB - ES)

Relator: Dep. Josenildo (PDT - SP), pela aprovação deste, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico.

Posição FPE: **Contrária ao relatório e ao parecer**

COMISSÃO DO TRABALHO - CTAB

28/08 - Quarta-feira (10h)

Reunião Deliberativa

2- PL 7832/2014

Ementa: Altera a Lei nº 10.790, de 28 de novembro de 2003, que concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório, para ampliar o âmbito material, temporal e pessoal da anistia.

Explicação da Ementa: A alteração na lei amplia a anistia para dirigentes e trabalhadores do Sistema Petrobrás punidos por participação em movimentos reivindicatórios entre 1º de novembro de 1992 e 31 de dezembro de 2002, incluindo casos de desligamentos incentivados. O projeto assegura a reintegração dos trabalhadores afetados e a resolução de pendências financeiras conforme os parâmetros homologados até 2014.

Autor: Comissão de Legislação Participativa



COMISSÃO DO TRABALHO - CTAB

Relator: Dep. Alexandre Lindenmeyer (PT-RS), pela aprovação, com emenda.

Posição FPE: **Contrária ao projeto e ao parecer**

3 - PL 353/2011

Ementa: Dispõe sobre as atividades dos caixas de supermercado. (Apensados: PL 2139/2011, PL 6784/2013, PL 5787/2019 (Apensado: PL 253/2021) e PL 4034/2023).

Explicação da Ementa: Proíbe ao caixa de supermercado exercer a função de empacotador, concomitantemente.

Autor: Dep. Vicentinho (PT-SP)

Relator: Dep. Alfredinho (PT-SP), pela aprovação deste, dos Projetos de Lei N°s 2.139/11, 6.784/13, 5.787/19, 4.034/23 e 253/21, apensados, e da Emenda n° 1/24 desta Comissão, na forma do substitutivo.

Posição FPE: **Contrária ao projeto e ao parecer**

8 - PL 1663/2023

Ementa: Revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943.

Explicação da Ementa: A proposta de revogação de dispositivos da CLT altera a legislação trabalhista ao remover artigos considerados obsoletos, incompatíveis ou já superados pela Constituição Federal de 1988 e outras leis e convenções internacionais. As principais mudanças incluem a eliminação de dispositivos obsoletos, a atualização de normas sindicais para garantir autonomia sindical, a adequação a princípios constitucionais eliminando práticas inconstitucionais, e a simplificação de procedimentos burocráticos desnecessários.

Autor: Dep. Fausto Santos Jr (União-AM)

Relator: Dep. Osseio Silva (Republicanos-PE), pela aprovação, com substitutivo.

Posição FPE: **Favorável ao projeto e ao parecer com substitutivo**



COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - CDE

28/08 - Quarta-feira (10h)

Reunião Deliberativa

Pauta a definir

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - CDC

28/08 - Quarta-feira (14h)

Reunião Deliberativa

Reunião não convocada

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO - CFT

28/08- Terça-feira (10h)

Reunião Deliberativa

1- **REQ 71/2024** - Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre democracia, política monetária e autonomia do Banco Central.

Autor: Dep. Lindbergh Farias (PT-RJ)

Posição FPE: Favorável

6 - **PL 1219/2011**

Ementa: "acrescenta § 4º ao art. 72 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o pagamento de salário-maternidade em caso de micro e pequenas empresas com 10 (dez) ou menos empregados". (Apensado: PL 125/2011).

Autor: Do Senado Federal



COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO - CFT

Relator: Dep. Laura Carneiro (PSD-RJ), pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 125/2011, apensado, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, e pela inadequação financeira e orçamentária PL nº 1.219/2011; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 125/2011, apensado, e do Substitutivo adotado pela CDEICS.

Posição FPE: Acompanhar

